



Brasília-DF, 10 de julho de 2025

Conferência Livre – Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Cuidado, que será realizada virtualmente através da plataforma ZOOM, dia 17/07 a partir das 9h.

Link para inscrições:

https://docs.google.com/forms/d/1FzDoFPau6IEt4bWpPnKn0C9xeDHxMfCtJit0mHIIVvI/viewform?edit_requested=true

É hora de agir: mobilize sua base e ajude a mudar o Brasil

LIVE SINDICAL

PLEBISCITO POPULAR

POR UM BRASIL MAIS JUSTO

14 de julho às 11h

Acompanhe a Live e fique sabendo como participar da mobilização e organizar as urnas para votação

Transmissão ao vivo no **YouTube**

Nossa luta por uma democracia participativa ganha ainda mais força com a realização do Plebiscito Popular 2025. Para ampliar a mobilização da classe trabalhadora e garantir a organização das urnas em todo o país, será realizada no dia 14 de julho, às 11h, uma live sindical transmitida ao vivo pelo YouTube.

A atividade reunirá representantes das centrais sindicais para apresentar orientações práticas sobre como mobilizar as bases, organizar os pontos de votação e engajar os trabalhadores e trabalhadoras na construção desta importante ferramenta de participação popular.

O plebiscito é uma iniciativa dos movimentos sociais, centrais sindicais, juventudes, entidades de fé e diversos setores da sociedade civil que defendem um Brasil mais justo, com mais direitos e dignidade para o

Filiada à **CNTI** **NCST NOVA CENTRAL**

5ª CNPM
Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
MAIS DEMOCRACIA, MAIS IGUALDADE, MAIS CONQUISTAS PARA TODAS

CONFERÊNCIA LIVRE
Tema: "Igualdade no Mundo no Trabalho, Autonomia Econômica e a Política do Cuidado"

Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
Data: 17/07/2025
Horário: 9h às 12h

Palestrante Rosane Silva
Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres

Palestrante: Dra. Marilane Teixeira
Economista, doutora em desenvolvimento econômico, pesquisadora e assessora sindical na área de trabalho e gênero

Virtualmente pelo **ZOOM**
Faca já sua INSCRIÇÃO!

CNDM CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
MINISTÉRIO DAS MULHERES GOVERNO FEDERAL **BRASIL**

Filiada à **CNTI** **NCST NOVA CENTRAL**

5ª CNPM
Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
MAIS DEMOCRACIA, MAIS IGUALDADE, MAIS CONQUISTAS PARA TODAS

CONFERÊNCIA LIVRE
Tema: "Igualdade no Mundo no Trabalho, Autonomia Econômica e a Política do Cuidado"

Programação
17 de julho de 2025

9h – Solenidade de Abertura
9h30 - Informes Gerais com a Leitura do Regimento
10h a 10h30
Palestra - Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica
Palestrante – Adriana Marcolino (Mestra em Sociologia e Diretora Técnica do DIEESE)
10h30 a 11h
Palestra – A Política do Cuidado
Palestrante – Rosane Silva (Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres)
11h – Debates e Apresentação e Aprovação das propostas
11h30 – Escolha das Delegadas e Suplentes
12h – Encerramento.

CNDM CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
MINISTÉRIO DAS MULHERES GOVERNO FEDERAL **BRASIL** UNIAO E RECONSTRUÇÃO

A CNTI por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso convida as mulheres trabalhadoras para participarem da Conferência Live sobre a **Igualdade no Mundo do Trabalho, Autonomia Econômica e a Política do**

**Brasília-DF, 10 de julho de 2025**

povo. A consulta nacional propõe ouvir a população sobre pautas fundamentais, como:

- Fim da escala 6x1;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Taxação dos super-ricos.

Participe da live, informe-se e ajude a construir essa mobilização em sua entidade sindical e em sua comunidade!

Data: 14 de julho

Horário: 11h

Transmissão ao vivo pelo YouTube

A ação conta com o apoio das centrais sindicais: Nova Central, CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Pública e UGT.

Fonte: NCST

Trabalhador merece respeito: Sindicato implanta jornada 4x3 e dá o exemplo



A luta por jornadas de trabalho mais humanas é histórica, mas continua urgente. No Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, acreditamos que não basta apenas defender mudanças: é preciso dar o exemplo. Por isso, implantamos a jornada 4x3 para

ossos próprios funcionários.

Jornada 4x3 – A partir de agora, nossa equipe administrativa será dividida em dois grupos: Equipe A, que trabalhará de segunda a quinta-feira, folgando na sexta, sábado e domingo; e Equipe B, que trabalhará de terça a sexta-feira, folgando no sábado, domingo e segunda. Todos terão jornadas ampliadas, sendo 9 horas de trabalho efetivo, 1 hora destinada à refeição e duas pausas de 30 minutos, por liberalidade do empregador, para café, uma pela manhã e outra à tarde.

5x2 – Deixamos a escala 5x2 como opção àqueles que não queiram a mudança.

Essa medida não é apenas uma questão de organização interna. É uma convicção de que é possível construir relações de trabalho mais justas, saudáveis e produtivas. Sabemos que muitas empresas do setor elétrico ainda aplicam a jornada tradicional 5x2, outros uma terrível 6x1 e queremos demonstrar na prática que é possível atender as demandas dos trabalhadores e também das empresas, com ambientes mais saudáveis e cooperativos.

A jornada 4x3 permite que o trabalhador tenha mais

tempo para a família, para cuidar da saúde, estudar, descansar e viver plenamente. Ao mesmo tempo, reduz custos de deslocamento, aumenta a produtividade e diminui o adoecimento e o absenteísmo.

Com base nesse exemplo prático, o Sindicato dos Eletricitários reafirma seu compromisso de lutar pela implantação da jornada 4x3 em toda a sua base, buscando ampliar os benefícios dessa escala para todos os trabalhadores do setor, em especial, nas áreas administrativas. Acreditamos que essa mudança representa um avanço fundamental para a valorização da categoria e a modernização das relações de trabalho.

Por isso, defendemos que esse debate seja ampliado e chegue ao Legislativo e ao conjunto da sociedade. O Sindicato não vai esperar: vamos continuar sendo exemplo de que avançar é possível, com coragem, responsabilidade e compromisso com a categoria.

Eduardo Anunciato – Chicão

Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA

Diretor de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

Vice-presidente da Força Sindical

Fonte: Eletricitarios.org.br

Lula lidera com folga para 2026 e venceria a todos no 2º turno, diz AtlasIntel

Com Bolsonaro fora do páreo, a pesquisa evidencia a fragmentação da direita; veja os números aqui



Lula. Créditos: Ricardo Stuckert

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera com ampla vantagem os cenários de primeiro turno e venceria todos os possíveis adversários em eventuais disputas de segundo turno nas eleições presidenciais de 2026. É o que aponta a pesquisa Latin America Pulse – Junho 2025, realizada pelo instituto AtlasIntel em parceria com a Bloomberg Línea.

Brasília-DF, 10 de julho de 2025

O levantamento foi realizado entre os dias 27 e 30 de junho, com 2.621 entrevistas em todas as regiões do Brasil. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Liderança no primeiro turno

Nos principais cenários simulados para o primeiro turno, Lula aparece na liderança em dois dos três contextos avaliados:

- **Cenário 1:** Lula tem 44,6%, seguido por Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 34%. Romeu Zema (Novo) aparece com 4,4%, Pablo Marçal (PRTB) com 3,7%, e Ciro Gomes (PDT) com 3,5%.

- **Cenário 2:** Lula lidera com 45%, contra 30,4% de Michelle Bolsonaro. Romeu Zema surge com 7,2%, Ratinho Jr. (PSD) com 4,8%, e Ronaldo Caiado (União Brasil) com 4%.

- **Cenário 3:** Sem Lula na disputa, o ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) representa o campo progressista e aparece com 33,3%, empatado tecnicamente com Tarcísio de Freitas, que tem 34%. Ciro Gomes tem 8,3%.

Vitória em todos os cenários de segundo turno

A pesquisa também simulou confrontos diretos de segundo turno entre Lula e os principais nomes da direita. O atual presidente sairia vitorioso em todos:

- Contra Tarcísio de Freitas: 47,6% x 46,9%
- Contra Michelle Bolsonaro: 48% x 47,5%
- Contra Romeu Zema: 48% x 38,6%
- Contra Ronaldo Caiado: 47,8% x 35,3%
- Contra Ratinho Jr.: 47,3% x 39%
- Contra Eduardo Leite: 47% x 23,9%

Embora os cenários contra Tarcísio e Michelle Bolsonaro sejam mais acirrados — com menos de um ponto percentual de diferença —, Lula ainda aparece numericamente à frente. A vantagem aumenta significativamente contra nomes com menor capilaridade nacional, como Eduardo Leite e Caiado.

Bolsonaro fora da disputa

O nome do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ainda aparece em alguns recortes da pesquisa, mas sua candidatura é considerada inviável. Ele foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2030 e está prestes a ser preso por suposto envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado, segundo investigações em andamento.

Com Bolsonaro fora do páreo, a pesquisa evidencia a fragmentação da direita e o desafio para consolidar um nome competitivo até 2026.

Fonte: RevistaForum

Paim defende Previdência Social e critica proposta de capitalização



Carlos Moura/Agência Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento no Plenário nesta terça-feira (8), expressou preocupação com novas propostas de reforma da Previdência e alertou para o risco de perdas de direitos adquiridos. Ele lembrou que, desde a promulgação da Constituição de 1988, o país já realizou seis reformas no sistema previdenciário, sem que as deficiências centrais do modelo fossem resolvidas. Paim defendeu a convocação de uma audiência pública para discutir o futuro do sistema de seguridade social.

— A Previdência Social é um pilar do Estado de bem-estar social. Ela não é problema; ela é a solução para milhões e milhões de brasileiros que dependem de seus benefícios para viver. A Previdência tem luz própria. Os números falam por si. O sistema beneficia milhões de pessoas e é uma das principais ferramentas de combate à miséria, à fome e à pobreza. Estou pedindo, sem medo de enfrentar o bom debate, uma audiência pública sobre a importância da Previdência Social que nós queremos — declarou.

Paim mencionou dados da Previdência que, segundo ele, revelam que, sem os benefícios previdenciários e assistenciais, cerca de 42% da população brasileira, o equivalente a 30,5 milhões de pessoas, estariam abaixo da linha da pobreza. O senador enfatizou que, no ano passado, 137,5 milhões de brasileiros foram beneficiados. Ele lamentou que, apesar disso, as propostas de mudanças tratem o modelo como deficitário, desconsiderando que os principais entraves estão na má gestão dos recursos. O parlamentar criticou a pressão por um regime de capitalização, que, segundo ele, favorece o setor financeiro e prejudica a maioria da população.

— São os mesmos argumentos de sempre: a Previdência está quebrada; só tem prejuízo; daqui a



Brasília-DF, 10 de julho de 2025

pouco, estará inviável; é preciso reformá-la, privatizá-la e implementar o sistema de capitalização. É o que mais ouço. A verdade é que o real problema da Previdência não está no modelo em si, mas sim na administração dos recursos, na má gestão, nos privilégios de determinadas castas da sociedade, nos altos salários pagos a uma minoria, na corrupção, nas desonerações, na sonegação, na fiscalização, nas dívidas não cobradas — apontou.

Fonte: Agência Senado

Economista do Cofecon explica IOF



Pedro Afonso Gomes é Conselheiro Federal Efetivo do Cofecon. Ele foi entrevistado pela Agência Sindical acerca das mudanças pretendidas pelo governo federal quanto à incidência do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras.

O aumento das alíquotas, via Decretos 12.466/2025, 12.467/2025 e 12.499/2025, foi derrubado pelo Congresso dia 27 de junho, gerando atrito entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Na prática, há conflito entre duas concepções políticas. O governo quer aumentar tributo sobre as grandes operações financeiras e também taxar os super-ricos. Já o Congresso, majoritariamente composto por parlamentares ricos, quer que o governo economize cortando despesas de programas sociais.

Esse assunto furou a bolha do debate político e ganhou forte ativismo nas redes sociais, onde a posição do Congresso é fortemente criticada.

Principais trechos:

Taxa – “O Imposto sobre Operações Financeiras existe há 35 anos, quando incidia em um número menor de operações, como cheque especial, crédito e desconto de duplicatas. Basicamente, quando alguém toma crédito ou faz aplicação financeira, o governo recolhe uma parte bem pequena. Hoje, o IOF custa

1,5% ao ano pra pessoas físicas e 2,5% pras jurídicas. A incidência é sobre os rendimentos e os prazos. Por exemplo, numa operação de seis meses, o tomador paga 0,75%. Quanto às aplicações, o IOF vai caindo à medida que o tempo de resgate se alonga”.

Controle – O acompanhamento do IOF (como também do PIX e das Bolsas) permite ao Estado seguir a trajetória do dinheiro. O cruzamento dos dados é quase que automático, devido à agilidade trazida pela informática e a inteligência artificial, embora muitas vezes o dinheiro possa sair do País de forma irregular.

Grita – Os tais 145 mil que teriam o IOF aumentado significam 0,7% dos brasileiros – entre eles estão os super-ricos, desacostumados de pagar impostos. O sistema financeiro do Brasil criou uma indústria de fundos, gerando faturamento para as muitas administradoras. Se o governo pegar um pedaço maior, o fundo fica menos rentável, gerando perdas também para os gestores desses fundos.

Previdência – Parte do Congresso quer também cortar na Previdência, sem mexer na ponta. País tem em torno de 30 milhões de aposentados e pensionistas, quase todos ganhando pouco. Mas tem cinco milhões na ponta. Essa casta (militares, judiciário e altos funcionários) custa mais que os 30 milhões. A casta não quer que se mexa no padrão que as beneficia. Mas os celetistas, há anos, vêm sofrendo com mudanças que reduzem remuneração e aumentam o prazo para aposentar-se.

Medo – O grande medo, que gera essa grita, visa esconder o real objetivo, que é o imposto sobre os ricos – a classe média ficaria de fora. Eles perderiam algum dinheiro e seria justo, mas a classe média será poupada. Quando um investidor compra imóveis, por exemplo, e as melhorias urbanas chegam até a região, os bens se valorizam, mas não há tributação sobre esse ganho e o Estado deixa de recolher. A tributação mais justa geraria economia suficiente pra isentar do imposto de renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil, que é a intenção do governo.

Composição – Precisamos melhorar a composição do Congresso Nacional, que recusa corte de renda dos muito ricos e tenta cortar programas dos mais pobres. A balança está desequilibrada, pois não temos conseguido eleger mais parlamentares progressistas ou de esquerda.

Na Câmara – Pedro Afonso tem atuado na Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados buscando aperfeiçoamentos no Projeto de Lei dos Economistas.

Mais – Site do Cofecon.

Fonte: Agência Sindical